



## O VAZIO DA PALAVRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARRESÍA COMO CRITÉRIO CIENTÍFICO

*THE EMPTY OF THE WORD: CONSIDERATIONS ABOUT PARRESIA AS A SCIENTIFIC CRITERION*

*EL VACÍO DE LA PALABRA: CONSIDERACIONES SOBRE LA PARRESIA COMO CRITERIO CIENTÍFICO*

Lucio Alvaro Marques

E-mail: [lucio.marques@uftm.edu.br](mailto:lucio.marques@uftm.edu.br)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Fomento: MCTIC/CNPq - Processo: 4/27044/2018-9

### RESUMO

O artigo analisa a situação da produção acadêmica, sobretudo dissertações e teses, e o pequeno uso dessas pesquisas na formação de futuros pesquisadores. O objetivo é avaliar o sentido e alcance da produção acadêmica em relação à apropriação e uso de teses e dissertações na formação de novos pesquisadores. Por isso, questiona-se, por um lado, o silêncio em torno à produção acadêmica, visto que há pouco uso desse tipo de bibliografia nas pesquisas existentes sobre os mesmos temas. Por outro lado, debate-se a questão da rara originalidade reconhecida nessas produções que parece ser obstáculo a novas leituras. Para entender as razões de tais ocorrências necessário se faz interrogar, em primeiro lugar, as implicações da metodologia científica na produção e, em segundo, o debate em torno à neutralidade e objetividade acadêmica. Em terceiro lugar, como hipótese de trabalho, apresenta-se a possibilidade de recorrer à parresía tanto como critério científico quanto como possibilidade de redimensionar a lógica da produção acadêmica e fomentar a busca de originalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metodologia. Neutralidade. Interpretação. Parresía.

### ABSTRACT

The article analyzes the situation of academic production, especially dissertations and theses, and the small use of this research in the training of future researchers. The objective is to evaluate the meaning and scope of academic production in relation to the appropriation and use of theses and dissertations in the training of new researchers. For this reason, it is questioned, on the one hand, the silence surrounding academic production, since there is little use of this type of bibliography in existing research on the same themes. On the other hand, the question of the rare originality recognized in these productions, which seems to be an obstacle to new readings, is debated. In order to understand the reasons for such occurrences, it is necessary to question, first, the implications of scientific methodology in production and, second, the debate around academic neutrality and objectivity. Thirdly, as a working hypothesis, the possibility of using parresia is presented both as a scientific criterion and as a possibility to resize the logic of academic production and foster the search for originality.

**Keywords:** Methodology. Neutrality. Interpretation. Parresia.

### RESUMEN

*El artículo analiza la situación de la producción académica, especialmente disertaciones y tesis, y el pequeño uso de esta investigación en la formación de futuros investigadores. El objetivo es evaluar el significado y el alcance de la producción académica en relación con la apropiación y el uso de tesis y disertaciones en la formación de nuevos investigadores. Por esta razón, se cuestiona, por un lado, el silencio que rodea a la producción académica, ya que hay poco uso de este tipo de bibliografía en la investigación existente sobre los mismos temas. Por otro lado, se debate la cuestión de la originalidad rara reconocida en estas producciones, que parece ser un obstáculo para nuevas lecturas. Para comprender las razones de tales ocurrencias, es necesario cuestionar, en primer lugar, las implicaciones de la metodología científica para la producción y, en segundo lugar, el debate sobre la neutralidad académica y la objetividad. En tercer lugar, como hipótesis de trabajo, la posibilidad de utilizar la parresia se presenta como un criterio científico y como una posibilidad de redimensionar la lógica de la producción académica y fomentar la búsqueda de la originalidad.*

**Palabras clave:** Metodología. Neutralidad. Interpretación. Parresia.

## INTRODUÇÃO

Por que um sem-número de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses permanecem nos repositórios acadêmicos das bibliotecas universitárias sem nenhum interesse para o leitor e para pesquisadores que se dedicam aos mesmos temas? Por que tais escritos estão fadados a permanecerem desconhecidos e, mesmo quando lidos, significam tão pouco para seus raros leitores?

Essas questões deveriam provocar quem pretende ou quem já percorreu os trilhos da escrita acadêmica e produziu exemplares dessa lavra. Há uma distância incômoda entre a escrita acadêmica, o interesse do leitor e a vida do autor de tais escritos. Estranhamente, essa escrita soa como uma espécie de texto esotérico, claramente hermético, acessível ao pequeno grupo de iluminados de uma matriz teórica, cujos membros também não se interessam por lê-los. O que condena os escritos acadêmicos a essa espécie de esoterismo e hermetismo impenetráveis ao leitor comum? Quais seriam as razões de continuar a se produzir esse tipo de pesquisa quando parece haver tão pouca relação com a realidade cotidiana? E mais, por que continuar produzindo essa escrita esotérica sabendo que os problemas debatidos academicamente emergem ou deveriam emergir diretamente do mundo da vida que nos circunda continuamente?

Como forma de aproximação a essas questões e ensaio de possíveis respostas, apresenta-se um percurso interpretativo em três momentos: no primeiro, considera-se a metodologia científica, desde a leitura, a explicação / exegese e o comentário até a redação do trabalho científico como uma espécie de exigência de fidelidade ao outro, isto é, às autoridades acadêmicas estudadas; no segundo, questiona-se a necessidade da neutralidade científica e a postura do escritor frente às obrigações de estabelecer uma demarcação teórica para sua escrita; e, no terceiro, avalia-se como a parresía poderia constituir um critério científico útil à superação dos discursos vazios de sentido e propiciar um maior empenho teórico, ou seja, o comprometimento do escritor com a obra de seu pensamento.

Conscientes da amplitude das questões colocadas, necessário se faz pontuar um interesse restrito e cabível neste escrito: como superar o vazio de sentido na escrita acadêmica no tempo do produtivismo científico?

### **Exegese e comentário na formação científica: a fidelidade ao outro**

A constituição de um trabalho científico cumpre um ritual acadêmico quase canônico, isto é, há uma liturgia da produção científica que não difere em quase nada das liturgias religiosas. Nestas, há um texto inspirado e milhares de comentários e exegeses que todo bom pregador deve seguir em grande parte e, na liturgia científica, existem as obras dos grandes autores e o trabalho que os acadêmicos precisam fazer, a saber, delimitar um tema x em uma obra y de um autor z, o que, na maior parte das vezes, significa um trabalho metódico e bem

sucedido, pois cumpre os prazos de produção para as agências de fomento e garantem o título esperado ao ingressante na vida acadêmica.

A delimitação temática – um tema *x* na obra *y* de um autor *z* – constitui a base de quase todas as teses doutorais em filosofia, e creio que outras ciências também usem em parte essa mesma estrutura e, nesse caso, a obra *y* é o livro fundamental ou canônico a ser analisado, e outros livros – comentários e exegeses – dessa obra servem como amplo apoio à elaboração do texto. O exemplo apresentado por Umberto Eco no seu famoso manual *Como se faz uma tese em ciências humanas é O problema da transcendentalidade do belo na “Summa theologiae”* de S. Tomás de Aquino e nota-se, apenas pelo título, o esquema clássico de delimitação temática. Nesse caso, Eco recomenda a edição clássica da obra (edição de Marietti) com recurso ao original seguido de outros livros de exegese e comentário autorizados sobre Tomás de Aquino.

Com isso, tem-se o seguinte: a edição crítica da obra como texto original, exegeses e comentários autorizados e, finalmente, cinco conselhos para estruturação da tese: indicações bibliográficas precisas, informações sobre o autor, resumo da obra, citações breves ou longas e comentários pessoais (ECO, 2007, p. 69, 75 e 157).

A considerar a estrutura proposta por Umberto Eco, tem-se uma hierarquia de autoridades na produção acadêmica: i. a obra original; ii. as exegeses e comentários clássicos; iii. as referências bibliográficas fundamentais; iv. a biografia do autor; v. o resumo da obra básica; vi. as citações a serem analisadas; vii. os comentários pessoais. Obviamente, qualquer iniciante à vida acadêmica que se prepara para elaborar um trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese e queira ser aprovado e concluir seu trabalho dentro do prazo estipulado pelo programa de pós-graduação e pela agência de fomento deverá, grosso modo, seguir a sequência argumentativa proposta por Eco. Ademais, não queira escrever obras do quilate de *O nascimento da tragédia* (1872) de F. Nietzsche ou *a Origem do drama barroco alemão* de Walter Benjamin (1925), pois ambas foram “rejeitadas e amplamente criticadas” pelo *establishment* acadêmico com alegação de argumentação demasiado livre para os padrões da vida acadêmica. E esse é o ponto a ser destacado.

Como se nota na enumeração de Eco (2007, p. 157), os comentários pessoais encontram-se em sétimo lugar na ordem de estruturação do trabalho acadêmico, e sabemos que todos os orientadores são demasiado ciosos em arguir sobre a origem dos pensamentos dispostos na escrita acadêmica.

Continuamente, exige-se a identificação dos autores a quem se faz referência ou se segue na estruturação do texto e, como recomenda Eco (2007, p. 159), deve-se manter a humildade científica: “seja como for, fiz a ficha respectiva e tomei em consideração sua opinião. E isto não só porque é necessário registrar todas as opiniões expressas sobre o tema, mas também porque não é evidente que as melhores ideias venham dos autores mais importantes.” Essa humildade indica traços metodológicos importantes: i. considerar a opinião de todos os autores consultados; ii. registrar todas as opiniões expressas sobre o temas; iii.

reconhecer que nem sempre as melhores ideias provêm dos autores mais referendados. Obviamente que não é incomum negligenciar algumas referências e receber a acusação de plágio, o que veta a continuidade do trabalho.

Porém, o segundo aspecto destacado por Eco – registrar todas as opiniões expressas sobre o tema – indica, novamente, algo da natureza da pesquisa acadêmica, a saber, a palavra do pesquisador ou os comentários pessoais vêm em último lugar. E isso não significa, inicialmente, uma lástima, porque considerar todas as opiniões ou, ao menos, aquelas a que temos acesso, evita a repetição na pesquisa, porque não poucas vezes, esta se reduz ao que afirmou Alfred N. Whitehead (*apud* KUNZMANN, BURKARD & WIEDMANN, 1993, p. 39): “toda a filosofia ocidental não passa de notas de rodapé da obra de Platão.” Novamente, evidencia-se a estrutura recorrente da pesquisa em ciências humanas, ou melhor, em filosofia, no Ocidente: a exegese e o comentário dos clássicos.

Whitehead não estava fazendo só uma crítica ao modelo de produção acadêmica, mas à estrutura da filosofia ocidental como um todo e, nesse sentido, não se deve desconhecer que grande parte dos trabalhos acadêmicos não vai além de exegese e comentário de uma obra clássica. Não se deve desconsiderá-los em nenhuma hipótese, mas se não houver boa disciplina, os trabalhos acadêmicos se reduzem, quase que exclusivamente, às notas de rodapé dos textos clássicos e, nesse sentido, os comentários pessoais – entenda-se: o espaço reflexivo e propositivo do autor daquele trabalho – pode ser reduzido quase a zero e ser anulado pelo “método científico”. Esse risco de nulidade decorre, parcialmente, da dita humildade científica, porque... (ECO, 2007, p. 160)

É isto a humildade científica. Qualquer pessoa pode ensinar-nos alguma coisa. Ou talvez sejamos nós que somos tão esforçados que conseguimos aprender alguma coisa com quem não o era tanto como nós. Ou então, quem não é bom para Fulano pode ser bom para Beltrano. As razões são muitas. O fato é que é necessário ouvir com respeito toda a gente, sem que isso nos dispense de pronunciar juízos de valor ou de saber que um determinado autor pensa de modo muito diferente e ideologicamente está muito longe de nós. Mesmo o mais encarniçado dos adversários pode sugerir-nos ideias.

A necessidade de ouvir todas as opiniões precedentes sobre o assunto em pesquisa, de fato, evita a repetição e o plágio, porém isso não deve excluir os juízos de valor nem o reconhecimento dos distanciamentos teóricos que se firmam entre o pesquisador e as obras, as exegeses e os comentários estudados. A capacidade de pronunciar juízos de valor é, em primeiro lugar, a condição para delimitar o lugar interpretativo do autor da pesquisa. Afinal, ele deve se tornar um autor e não mero repetidor, como veremos adiante.

Felizmente, além da humildade, Eco destaca também a função do orgulho científico que não se confunde em nada com a prepotência acadêmica em se julgar o inventor da roda. Esse orgulho é, metodologicamente, a condição para superar as amarras do pensamento pelo método, porque, conscientes de que um trabalho foi executado com seriedade e rigor acadêmicos, os autores devem se orgulhar “e mesmo que tenham escolhido uma tese de compilação que resume tudo o que foi dito sobre o tema sem acrescentar nada de novo, serão uma autoridade sobre

aquilo que foi dito por outras autoridades. Ninguém deve saber melhor que vocês tudo aquilo que foi dito sobre esse assunto” (ECO, 2007, p. 199).

O trabalho acadêmico, mesmo que não acrescente nada de novo, será reconhecido por seus pares. Nesse caso, Eco refere-se à tese de compilação que visa apenas a elencar ou compendiar as opiniões sobre determinado assunto. Ainda assim, se o elenco for suficientemente completo, não haverá outro que saiba mais que o autor dessa tese sobre tal assunto.

Um exemplo útil para o momento encontra-se em três obras sobre a liberdade de imprensa e circulação de livros entre os séculos XV e XVIII em Portugal – B. Aranha, *A imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI: as Ordenações D’El-Rei D. Manuel* (1898), A. M. Sá, *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI* (1983) e M. T. E. P. Martins, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, (2001) –: as três compilam as leis referentes às liberdades mencionadas e não aportam nenhuma novidade interpretativa sobre a limitação de tais liberdades, mas a originalidade das obras decorre exatamente da quantidade de leis (ordinationes) compiladas ou da completude das pesquisas feitas em cada etapa dessa história, e a última dessas obras simplesmente engloba tanto os avanços das precedentes quanto compila todas as leis régias emitidas no período.

Nesse sentido, mesmo uma tese de compilação comporta originalidade, isto é, o autor pode manter seu orgulho científico pela pesquisa realizada. Academicamente, a humildade não se opõe ao orgulho, antes se complementam, porque aprende-se com os precedentes para ir mais longe na pesquisa realizada ou, no exato sentido da expressão de Bernardo de Chartres do século XII<sup>1</sup>, *nanos gigantum humeris insidentes* (traduzida por Issac Newton em 1675: se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes). Essa expressão indica dois aspectos fundamentais da pesquisa científica: primeiro, a necessidade de “descobrir a verdade a partir das descobertas anteriores”, ou seja, ninguém estará inventando a roda em termos de pesquisa científica; e, segundo, ninguém pode recusar-se a tarefa de enxergar mais longe: a pesquisa científica exige que o pesquisador, por si mesmo, enxergue mais longe que os precedentes. Afinal, ninguém pode enxergar pelo outro, por isso cada pesquisador tem o dever de enxergar além daquelas hipóteses já apresentadas nas exegeses e comentários precedentes. Nenhum pesquisador pode acomodar-se à mera repetição de opiniões alheias, senão seu discurso acadêmico se resumirá ao vazio da palavra. Por isso, Eco exorta a manter o orgulho (2007, p. 198):

Não há nada mais irritante do que aquelas teses (e por vezes acontece o mesmo com livros publicados) em que o autor apresenta constantemente *excusationes non petitiæ*: Não somos qualificados para abordar um tal assunto, todavia, queremos avançar a hipótese de... O que é isso de não ser qualificado? (...) Se a apresentaram, é porque se sentiam preparados e, seja como for, não têm direito a atenuantes. Portanto, uma vez expostas as opiniões dos outros, uma vez expressas as dificuldades, uma vez esclarecido se sobre um dado tema são possíveis respostas alternativas, lancem-se para frente. Digam, tranquilamente: “pensamos que” ou “pode considerar-se que”. No

<sup>1</sup> Sobre os ombros de gigantes. Disponível em: <http://pt.m.wikipedia.org> Acesso em: 26 nov 2018.

momento que estão a falar, são o especialista. Se se descobrir que são um falso especialista, tanto pior para vocês, mas não têm o direito de hesitar. Vocês são o representante da humanidade que fala em nome da coletividade sobre um determinado assunto. Sejam modestos e prudentes antes de abrir a boca, mas, quando a abrirem, sejam arrogantes e orgulhosos.

Se as desculpas ou *excusationes non petitiæ* não são aceitáveis, necessário se faz manter o reconhecimento claro de que no momento que estão a falar, são o especialista. A condição do especialista não permite a recusa ao discurso. Ele não pode renunciar à tarefa de “dizer o que pensa”, isto é, apresentar sua opinião frente às demais opiniões estudadas. O especialista tem sobre si a tarefa imperiosa de se posicionar criticamente e demarcar uma posição e, nesse sentido, “uma vez expostas as opiniões dos outros (...) lancem-se para frente. Digam, tranquilamente: “pensamos que” ou “pode considerar-se que”. No trabalho acadêmico, não há espaço para o escondimento, porque não se pode reduzi-lo à mera repetição.

Excelentes manuais de pesquisa científica resumem o método quase que só à leitura, explicação e comentário de textos, como é o caso da obra de Folscheid & Wunenburger (2006), intitulada Metodologia filosófica em que dedicam os três capítulos iniciais à tríplice tarefa de introdução ao método, a saber – à leitura, explicação e comentário – o que, de certo, é de extrema importância, e a obra citada ensina rigorosamente como estudar cientificamente com todo rigor.

O problema, nesse sentido, nem sempre se encontra nos manuais ou na metodologia acadêmica, mas na ausência de parresia do especialista, porque ele renuncia a expor aquilo que pensa no momento em que deveria fazê-lo e esconde-se nas *excusationes non petitiæ*. Outras vezes, os orientadores são demasiado rigorosos ou controladores e não permitem que o pesquisador avance em hipóteses mais ousadas. E, a bem da verdade, o erro básico talvez se situe no primeiro passo da pesquisa, isto é, na leitura. Muitas vezes, a forma como a estabelecemos condena todo o trabalho à ausência de originalidade ou à incapacidade do pesquisador de exprimir o que pensa e assim se reduz a incluir uma nota de rodapé em Platão. A originalidade científica não resulta de um *eureka*, de uma *intuitio abstractiva* ou de algum *insight* como “produtos do espontaneísmo mental”. Ao contrário, a originalidade resulta do rigor acadêmico em todas as etapas da pesquisa: da leitura até a versão final do trabalho, passando pela exegese e pelo comentário.

Seria ingênuo imaginar puro espontaneísmo no desenvolvimento de uma pesquisa. O método ainda se faz necessário em todas as suas etapas: leitura, exegese, comentário e redação final do trabalho (mesmo após Paul Feyerabend escrever *Contra o método* em 1970). A capacidade de expressão original (a parresia acadêmica) do candidato na vida científica não acontece nem no *insight* nem no momento final da redação, pois ela somente se manifesta se estiver presente em todas as etapas de elaboração da pesquisa e, nesse caso, é necessário estar atento aos pontos nodais em cada etapa:

- i) Na leitura – “ler um texto é repensá-lo, e repensar é pensar” (FOLSCHEID & WUNENBURGER, 2006, p. 11). A ausência de originalidade decorre, muitas vezes,

da incapacidade de “ler”. A leitura não significa apenas alfabetização. É o momento fundamental para se repensar a obra lida, ou seja, é o lugar do pensamento em primeira instância. Quando não se repensa o lido, todas as informações assimiladas parecem demasiado interessantes e não se avança nas discussões e distinções entre as perspectivas interpretativas. A leitura sem repensar é simplesmente informação, por isso, depois de alguns semestres de trabalho de pesquisa exaustiva, o pesquisador tem a impressão de não ter avançado ou de ter ideias demais e todas dispersas. Isso acontece porque o simples acúmulo de informações não produz pensamento. Esse acúmulo desprovido de reflexão ou sem repensar produz na mente do pesquisador o mesmo que a sobrecarga de arquivos na “memória do computador”: ele trava e não consegue mais processar os dados. Ler exige repensar. Apenas à medida que repensa as leituras realizadas é que se torna possível delimitar perspectivas interpretativas e compreender o exato lugar em que o leitor se situa frente às múltiplas interpretações e dispõe-se a demarcar uma posição teórica distinta daquelas encontradas nas leituras.

- ii) Na explicação – a exegese ou explicação<sup>2</sup> do texto não se confunde com resumo, paráfrase, pontilhismo ou dissertação sobre ideias vagas. Exegese ou explicação é o ato mental que “desdobra o sentido” do texto através da capacidade de “individualizar e detalhar as articulações” internas da obra através da relação entre significações, o que permite uma ex-posição da lógica interna da obra e, com isso, dá-se a conhecer seu conteúdo pela análise sem necessitar referir-se o tempo todo a cada detalhe (isso seria o pontilhismo). A exegese ou a explicação ex-põem o sentido da obra de forma compreensível e acessível a todos e devem vir acompanhadas da capacidade de “argumentar sempre” (FOLSCHEID & WUNENBURGER, 2006, p. 32 e 44), porque é na argumentação que o autor evidencia as perspectivas alheias e torna sua perspectiva evidente para os leitores.
- iii) No comentário – a “paciência do pesquisador” atinge seu limite no comentário, porque, na leitura, exegese e explicação, ele exercita a paciência do conceito, diria um título de Gérard Lebrun, na tentativa de entender *in maxime* o sentido expresso na obra comentada. O comentador respeita a obra como uma referência fundamental, mas o comentário interroga o autor e extrapola a exposição da obra estudada no sentido de dar a conhecer outros horizontes não tematizados na mesma. Nesse sentido, comentar implica um claudicar entre “a erudição e a especulação” (FOLSCHEID & WUNENBURGER, 2006, p. 51), porque o comentário situa o lugar da obra na história do pensamento donde ela provém, e a especulação rompe a plasticidade e a aparente completude da obra estudada. No comentário, o autor dá a conhecer sua discordância com a obra em questão e estabelece as premissas de sua posição teórica.
- iv) Na redação – depois de percorrer as etapas precedentes – leitura ou repensar a obra, exegese / explicação ou exposição do sentido do texto, comentário ou interrogação dos limites da obra – caberá ao pesquisador dar a conhecer sua perspectiva

<sup>2</sup> Exegese e explicação não são sinônimos estritos, mas podem ter um uso quase equivalente, porque, etimologicamente, *exegese* provém do verbo *eksegéomai* e significa *conduzir, guiar* e o termo mesmo *eksegesis* traduz-se por *exposição de fatos históricos, interpretação, comentário, interpretação de um sonho, tradução* no sentido de dar a conhecer uma verdade dita outrora e de outro modo. Por sua vez, a etimologia de *explicatio* apresenta-a como *ação de desdobrar, desenrolar, exposição, esclarecimento, interpretação*. Não uma identidade absoluta, mas existem muitos sentidos comuns aos dois termos, por isso permitam-nos o emprego aproximado de seus sentidos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br> Acesso em: 11 Dez 2018.

interpretativa. A redação final é o momento em que o pesquisador torna-se autor no sentido exato das expressões: aquele que inquire (pesquisa) a obra torna-se autoridade (autor) de uma perspectiva interpretativa. Caso o método tenha sido útil e rigoroso, chega-se ao final da pesquisa não apenas com milhares de horas de leitura ou de informações no cérebro, mas com os resultados de ler e repensar o lido, de expor o sentido do texto em análise, de interrogar os limites da obra analisada e, reconhecidos esses limites da obra precedente, é o tempo do pesquisador (aquele que inquiriu, investigou rigorosamente um conteúdo) tornar-se o autor ou uma autoridade naquele assunto, porque terá o que dizer sobre a pesquisa e o dirá com conhecimento de causa.

A pesquisa científica distingue-se, exatamente nesse momento, de tudo o que se reconhece no comum da sociedade – a enxurrada de opiniões –, porque parte do respeito das opiniões alheias refletidas criticamente através das leituras e demarca uma opinião ou posição teórica, mas tendo consciência de que o seu resultado é uma posição teórica apenas e não a verdade sobre todas as coisas. Esse exercício acadêmico não pode parar nesse momento, porque não bastam a leitura, a exegese ou explicação e o comentário realizados, por exemplo, na tese doutoral. A pesquisa é uma tarefa para a vida toda.

Os dispositivos metodológicos elencados – leitura, exegese/explicação e comentário – não são suficientes para a prática acadêmica como um todo. São fundamentais para a elaboração da pesquisa, mas não são suficientes para compreender a complexidade da vida, como adverte Paulo Margutti (2013, p. 14): “manter os nossos estudantes de filosofia concentrados apenas no conhecimento dos clássicos do pensamento filosófico estrangeiro pode fornecer-lhes uma sólida formação exegética, mas certamente não os tornará mais preparados para enfrentar os desafios da cultura brasileira.”

A metodologia científica não é suficiente para a compreensão da complexidade da vida. Para além do trabalho acadêmico de elaboração de um TCC, dissertação ou tese, o pesquisador deverá concluir sua trajetória acadêmica não apenas como portador de um título, mas como um autor capaz de pensar e se posicionar criticamente não apenas no labor científico, mas frente à vida. À medida que o pesquisador foi fiel ao outro, isto é, às obras estudadas e o fez com rigor metodológico, será capaz de se tornar autor não apenas de um trabalho científico, mas de exprimir francamente o resultado de sua pesquisa e demarcar uma posição teórica no mundo frente às ciências e à complexidade da vida.

Nesse sentido, a academia propicia um espaço de parresía científica (de expressão sincera do pensamento) que deve constituir a capacidade de pensar honestamente e posicionar-se frente aos graves problemas da sociedade contemporânea<sup>3</sup>. Por outro lado, há “uma inflexão”

---

<sup>3</sup> Existem outras questões que devem ser interrogadas na produção científica e que não cabem na extensão desta exposição, por isso apenas elencamos algumas: i. o uso de referências na escrita: “Referência é um conjunto de elementos que permite a identificação de publicações, no todo ou em parte. Esses elementos podem ser essenciais ou complementares e são extraídos do documento que estiver sendo referenciado” (FRANÇA & VASCONCELLOS, 2007, p. 151). ii. a necessidade de constituição de referencial teórico: “Referencial teórico é a parte conceitual que fundamenta o projeto, relaciona matéria sobre o tema sob diferentes aspectos e posições, permitindo ao pesquisador maior clareza e segurança na formulação e delimitação do problema a ser pesquisado. Muitas vezes, essa parte é abordada na introdução, mas, dependendo da quantidade de elementos referenciais

no método científico que tende a reduzir a capacidade do autor de se posicionar criticamente frente à pesquisa e à realidade, a saber: a neutralidade científica. Weberianamente, parece pouco provável que alguém discorde da necessidade de manter uma neutralidade epistêmica e, distorcidamente, há quem julga necessária uma verdadeira assepsia no discurso acadêmico com a pretensão de fundar um dizer científico que, apenas supostamente, estaria isento de contaminação ideológica. Por isso, necessita-se compreender o sentido da neutralidade científica e a necessidade da postura do escritor.

### Neutralidade científica e postura do escritor: a ilusão da neutralidade

O lugar da ciência na sociedade não se demarca de forma espontânea, porque a ciência não advém do espontaneísmo. Ao contrário, o trabalho científico é, antes de tudo, o resultado de um projeto e uma deliberação de se posicionar frente à realidade. Essa posição exige decisões teóricas que compreendem o lugar em que se encontra o pesquisador e seu objeto. Como ambos fazem parte da sociedade, o lugar da ciência está comprometido com determinada ordem social. Como Max Weber interroga no início d'A ciência como profissão: “na atualidade se fala com frequência de uma ciência livre de ‘pressupostos’. Isso é possível?” (WEBER, 2000, p. 134).

Sem muita dificuldade, alguns ditos intelectuais consideram a possibilidade de pesquisar sem pressupostos, ou melhor, sem preconceitos estabelecidos, porém essa consideração não parece simples. Haveria uma investigação de Platão a Weber a ser feita sobre o lugar da ciência ocidental, mas não é possível neste espaço e, ademais, existem inúmeros escritos sobre essa questão. Foucault, por exemplo, situa a ciência em três lugares teóricos bastante precisos, a saber, em Platão, Bacon e Nietzsche (FOUCAULT, 2009, cap. II). Para o momento, recorde-se que Platão trabalhou insistentemente a distinção entre saber e poder. Ele

---

levantados em uma revisão de literatura ou bibliografia, pode-se criar um capítulo para este tópico” (FRANÇA & VASCONCELLOS, 2007, p. 83). iii. o emprego das citações: “As citações são trechos transcritos ou informações retiradas das publicações consultadas para a realização do trabalho. São introduzidas no texto com o propósito de esclarecer ou complementar as ideias do autor. A fonte de onde foi extraída a informação deve ser citada obrigatoriamente, respeitando-se dessa forma os direitos autorais. Exige-se um maior rigor na publicação das normas para citação, quando se tratar de publicação técnico-científica; em caso de publicações ensaísticas ou literárias, permite-se uma apresentação mais livre. As citações bibliográficas podem ser diretas (textuais) ou indiretas (livres) e podem aparecer no texto e, dependendo do caso, em notas de rodapé” (FRANÇA & VASCONCELLOS, 2007, p. 85). iv. o mercado da produção e publicação científica – a função do *academial boss*, das agências de fomento de pesquisa, os preços proibitivos tanto para publicação quanto para acesso aos conteúdos, o controle do conteúdo publicado pelas editoras e o valores repassados pelas editoras aos autores. Além desses temas que exigem séria reflexão acadêmica, há outros que se não o fizermos, teremos que nos resignar à afirmação de Isócrates, *Contra os sofistas* XIII, 9 a 13 (*apud* DERRIDA, 2005, p. 64, nota 5): “conclusão: é preciso pagar para escrever. Os homens de escritura nunca deveriam ser pagos. O ideal: que o sejam, sempre, do seu próprio bolso. Que paguem, já que têm necessidade de receber os cuidados dos mestres do *logos*.” Quanto à obrigação de pagar para escrever, bom recordar “Quanto custa publicar um artigo?” Atualmente, algo em torno de dezoito mil reais dependendo do periódico. Disponível em: [www.adusp.org.br/index.php/carreira-docente/3163-quanto-custa-publicar-um-artigo](http://www.adusp.org.br/index.php/carreira-docente/3163-quanto-custa-publicar-um-artigo) Acesso em: 26 nov 2018.

não considerava o vínculo que o saber estende às formas de poder, por isso considerava que somente aquele que busca o saber pelo simples amor à sabedoria poderia desempenhar o poder. Nesse sentido, o rei filósofo seria o melhor governante da pólis, uma vez que não se preocupa em usar o saber, mas coloca-se como amante do saber, e essa posição orienta todas as suas decisões. Nesse sentido, há um desinteresse do saber pelas coisas do poder. O sábio não busca o poder. Apenas aceita governar por ser o detentor de sabedoria, o que o torna útil a todos. O sábio conhece-se suficientemente bem e, por isso, sabe governar-se a si mesmo. Quem se governa bem está apto ao governo dos outros. É a lição ensinada por Sócrates a Alcebiades. Porém, o desejo de instituir o rei-filósofo não foi suficiente e, dentro da própria Academia, o saber deu lugar ao poder na luta pela sucessão na direção da escola após a morte do filósofo. Seu sobrinho usou de todos os ardis para afastar o sábio Aristóteles e assumir o poder.

Desde então, dever-se-ia considerar o comprometimento entre saber e poder, mas somente na modernidade, com Francis Bacon, *Novum organum*, aforisma 3, a relação entre saber e poder se estabeleceu cabalmente: “ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quanto se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática” (BACON, 1999, p. 33: af. 3). A coincidência entre saber e poder no domínio da natureza desconstrói a antiga ingenuidade platônica de um poder apenas como serviço à pólis e a de uma ciência como simples amor à sabedoria. A ciência e o poder, sobretudo a partir da modernidade europeia, estabelecem um vínculo duradouro e de mútua edificação para a compreensão da natureza. Com isso, pode-se responder à questão de Weber.

A profissão científica pensada por Weber “depende de um destino oculto e também de certos dotes” (WEBER, 2000, p. 120). Essa afirmação será discutida no ensaio em que se expõe o lugar da ciência que exige “que se dedique exclusivamente a seu trabalho científico” (WEBER, 2000, p. 121). A dedicação exclusiva à ciência erige uma cláusula de barreira para o acesso à mesma se se considerar a condição de grande parte dos pesquisadores atualmente, afinal, quem pode dedicar-se exclusivamente ao fazer científico? Além disso, quais são os “dotes” necessários, senão boas agências de fomento para financiar a pesquisa? A considerar a moldura da profissão científica weberiana, o número dos que se dedicam à mesma será demasiado escasso e é nesse momento que o próprio autor se dedica a apresentar uma resposta sobre a possibilidade de uma ciência livre de “pressupostos”:

Tudo depende do que se entende por essa expressão (uma ciência livre de “pressupostos”). Todo trabalho científico supõe a validade da lógica e da metodologia, que fundamentam nossa orientação no mundo. Esses supostos não impõem graves problemas. Outro suposto da ciência é o de que esta tende a obter um resultado importante, no sentido de que é “digno de saber”. Mas esse suposto volta a colocar todas as nossas questões, pois o mesmo não é cientificamente demonstrável. Só se pode interpretá-lo enquanto seu sentido último, e pode-se rechaçar ou aceitá-lo segundo a atitude fundamental de cada um frente à vida. (WEBER, 2000, p. 134)

Os pressupostos weberianos da ciência são bastante específicos: a validade lógica, a metodologia, o resultado “digno de saber” cientificamente demonstrável e a atitude frente à vida. Tanto a lógica quanto a metodologia não são problemáticas para ele, e já fizemos algumas

considerações prévias sobre a metodologia. Além disso, o resultado digno e demonstrável constitui a próxima pedra de toque, por que o que seria um resultado digno de saber e cientificamente demonstrável? Weber não apresenta critérios sobre essa questão. Não é tão difícil intuir a forma da demonstração científica, mas o que se torna digno de saber em nosso tempo? A única possibilidade que aparece indiretamente é a “atitude fundamental de cada um frente à vida”. O cientista não faz ciência apenas por amor à sabedoria como queria Platão. Após Bacon, é muita ingenuidade pressupor que a atitude fundamental de cada um frente à vida signifique apenas uma posição teórica livre de pressupostos. Felizmente, quanto a essa expressão, Weber (2000, p. 148-151) delimita sua posição teórica:

Vejamos, finalmente, a pergunta: nesse caso, desde um ponto de vista positivo, o que a ciência aporta à “vida” prática e pessoal? Aqui encaramos outra vez o problema da ciência como “vocação”. Em primeiro lugar, a ciência aporta conhecimentos sobre a previsão que permite o controle técnico da vida, tanto dos objetos externos como do próprio comportamento humano. (...) Em segundo lugar, a ciência aporta algo que nenhum verdureiro faria: aporta métodos de pensamento, instrumentos e preparação para pensar. (...) todavia, há um terceiro objetivo da mesma: a clareza. Claro que supondo que o professor a possua. Se se obtém a clareza, os professores podem expor claramente a seus alunos que podem adotar tais ou quais atitudes práticas frente a um problema de valor. (...) Deste modo, se chega ao último aporte que a ciência pode fazer a serviço da clareza, aporte que também determina seus limites: o professor pode e deve dizer-lhes a seus alunos que uma determinada posição prática deriva com coerência lógica de tal concepção de mundo (ou de tais concepções de mundo) mas não de tais outras. Em sentido figurado, ao tomar determinada atitude, serve-se de determinados deuses e ofende-se outros. Na atualidade, a ciência é uma “vocação” que se realiza através das disciplinas especializadas, a serviço da consciência de nós mesmos e do conhecimento de determinadas correlações entre fatos. Este é um dado histórico que não se deve esquecer se se quer manter a lealdade consigo mesmo.

Talvez essa seja uma exposição das mais precisas sobre o sentido e o valor da ciência em nosso tempo. Weber elenca quatro pressupostos de grande precisão para compreendermos o lugar da ciência como “vocação”:

- i) conhecimentos que permitem o controle técnico da vida – não restam dúvidas quanto ao objetivo e alcance da ciência moderna, porque não apenas conhecem a vida, mas inclusive suas formas de controle. Não devemos nos iludir platonicamente com o suposto amor à sabedoria como horizonte primário da ciência. Ela não busca o amor, mas o poder, e esse poder se revela em nossos dias através do domínio técnico da vida.
- ii) Métodos, instrumentos e preparação para pensar – são os aparatos insuperáveis da ciência, porque ela pressupõe métodos cuja demonstração seja possível em quais condições e lugares em que se replicar a experiência e, justamente, permite ultrapassar as opiniões irrefletidas e/ou o senso comum. iii. Clareza – nada seria mais cartesiano que tal aporte, e Weber o entende como capacidade de eleger meios e fins inevitáveis e pontua a necessidade de rechaçar meios e fins através do princípio do mal menor e das vantagens relativas. iv. O professor pode e deve dizer-lhes a seus alunos que uma determinada posição prática deriva com coerência lógica de tal concepção de mundo (ou de tais concepções de mundo) mas não de tais outras – esse aporte retoma o ponto de interesse da nossa discussão – o professor pode e deve dizer a seus alunos... a capacidade de

- explicitar o ponto de partida teórico e coerentista de uma visão de mundo (e não de outra) constitui o quarto aporte da ciência no mundo. A grande ilusão seria pretender uma ciência sem pressupostos, ou seja, uma ciência fundada na absoluta neutralidade científica. Ademais, a conclusão de Weber é precisa: “a ciência é uma “vocação” que se realiza através das disciplinas especializadas, a serviço da consciência de nós mesmos e do conhecimento de determinadas correlações entre fatos. Este é um dado histórico que não se deve esquecer se se quer manter a lealdade consigo mesmo.” A ciência não prescinde da consciência que temos de nós mesmos nem do conhecimento que temos dos fatos, e essa é a condição para mantermos a coerência ou lealdade com nós mesmos. Nesse sentido, Weber esclarece pontos fundamentais para a ação científica e docente em nosso tempo: i. a possibilidade e o dever que o professor tem de dizer seu lugar de fala mesmo que frente àqueles que pretendem uma ausência de posição teórica ou de ideologia. Ele insiste nessa capacidade de poder e dizer a posição de quem fala; ii. a consciência de nós mesmos e da correlação dos fatos – o que implica necessariamente a possibilidade de um dizer sem medo, ou melhor, da cátedra científica ser pensada como lugar da parresía teórica<sup>4</sup>;
- iii) a lealdade consigo mesmo – como condição que veta qualquer discurso que queira suprimir o direito de pensar e exprimir claramente sua posição teórica. Cumpre recordar que o poder e dever de dizer, a consciência de si e correlação de fatos, a lealdade consigo mesmo seriam elementos suficientes para não nos resignarmos ao silêncio frente a qualquer forma de totalitarismo e de ideologia que queira estabelecer uma mordaza ao discurso e suprimir a liberdade de pensamento.

É exatamente nesse sentido que talvez se possa entender a expressão acerca da obtenção de resultado importante na ciência, ou seja, um resultado “digno de saber”, pois só se alcança-o através da interpretação que se pode “rechaçar ou aceitar segundo a atitude fundamental de cada um frente à vida” (WEBER, 2000, p. 134). O discurso científico não se coloca diante do vazio, mas frente à vida, e quem o avalia, isto é, o interpreta como digno de saber é cada um de nós. E, nesse sentido, a posição do professor ou do cientista não é o da neutralidade. A ilusão de alcançar um lugar neutro de discurso é impossível, porque cada um interpreta o lugar e o sentido da ciência frente à vida. E, pode parecer estranho, mas talvez exista uma conexão curiosa entre essa afirmação de Weber e outra nietzschiana (NIETZSCHE, 1886-7, XII, 7 [60] KSA; KGW, VIII-1 7 [60] *und Wille zur Macht*, af. 481):

Contra o positivismo, que permanece no fenômeno “há somente fatos”, eu diria: não, precisamente fatos não há, somente interpretações (Interpretationem). Não podemos comprovar nenhum factum “em si”: talvez seja um disparate querer algo semelhante. “Tudo é subjetivo”, dizeis vós: mas isto já é uma interpretação (Auslegung); o “sujeito” não é algo dado, mas algo fictício, incorporado, posto sub-repticiamente por detrás. Mas, por acaso, é necessário colocar o intérprete por detrás da interpretação? Isso já é poesia (Dichtung), hipótese.

<sup>4</sup> Recorde-se que a liberdade de cátedra *ainda* é direito constitucional expresso claramente (Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988, artigo 206, inciso II): “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.”

À medida que, em geral, a palavra “conhecimento” adquire um sentido, o mundo é cognoscível; porém é interpretável (deutbar) de distintas maneiras, não tem um sentido por detrás de si mas inúmeros sentidos. “Perspectivismo”.

São nossas necessidades que interpretam o mundo: nossas necessidades e seus prós e contras. Cada impulso é uma espécie de afã de domínio, cada um tem sua perspectiva, aquele que ele desejaria impor como norma aos impulsos restantes.

A ilusão positivista graça em nosso tempo: tenta-se impor um lugar neutro na fala docente como se essa imposição estivesse livre de lugar teórico. Aqueles que advogam a neutralidade teórica do discurso ignoram tanto o comprometimento teórico da ciência (porque ela tem seu lugar de fala e o seu porta-voz pode e deve se expressar como lembra Weber) quanto seu próprio lugar de fala (todo discurso parte de pressupostos históricos e, nesse sentido, um discurso sempre tem pressupostos ou, claramente, uma escola ou um intelectual sem partido é uma contradição em termos), porque o cientista é aquele que interpreta aquilo que é digno de saber frente à vida. Dito isso, entende-se que não há fatos, apenas interpretações, ou seja, que todo discurso científico partilha e expõe seu lugar de fala frente à vida. A interpretação do mundo – quer seja a avaliação ou a hipótese quer seja a perspectiva de quem fala – depende, inteira e exclusivamente, de quem fala: “são nossas necessidades que interpretam o mundo: nossas necessidades e seus prós e contras.”

Por isso, a neutralidade científica ou assepsia do discurso simplesmente são impossíveis. Tanto Weber quanto Nietzsche deixam bastante claras as necessidades de poder e dizer a posição de quem fala como avaliador frente à vida enquanto um imperativo de consciência e lealdade a si mesmo e de saber de forma consciente que quem diz está interpretando o mundo frente às próprias necessidades. A honestidade epistêmica não admite uma máscara para o pensamento, ao contrário, impõe a necessidade de superar a ilusão de que o conhecimento é neutro e exige a sincera admissão da dimensão avaliativa do conhecimento. Quem conhece, avalia, e quem avalia, comunica a partir de determinado lugar de fala.

Nesse sentido, o olho do conhecimento é um avaliador cuja orientação já está determinada, por isso não há conhecimento neutro nem conhecimento alheio à vontade, à dor e ao tempo; isto é, todo conhecimento é interessado, útil e limitado à sua condição, como afirma Nietzsche (1994, III, af. 12):

A partir de agora, senhores filósofos, evitemos, pois essa perigosa e antiga farsa conceptual que inventou um «sujeito puro do conhecimento, o qual é alheio à vontade, à dor e ao tempo»; guardemo-nos dos tentáculos de conceitos contraditórios do estilo de «razão pura», «espírito puro» e «conhecimento em si». O que aqui se nos está exigindo sempre é conceber um olho que não se pode conceber de nenhum modo, um olho livre de toda orientação, no que as forças ativas e interpretativas hão de faltar ou estar obstaculizadas, sendo assim que são estas as que fazem que ver seja ver algo; o que aqui se nos está exigindo é, pois, um contrassentido, a negação do conceito de olho.

Do exposto até o momento, podem-se anotar alguns elementos significativos. Quanto à exegese e ao comentário como métodos científicos, recorde-se que a parresia acadêmica resulta da dedicação deliberada à leitura, à explicação e ao comentário – a capacidade de (re)pensar a

leitura, expor o sentido e inquirir a obra – o que permitirá a passagem da condição de pesquisador à de autor – a autoridade em determinado assunto. Quanto à neutralidade científica, não se esqueça do poder e dizer a posição de quem fala, a consciência de si e correlação dos fatos e a lealdade consigo mesmo. Além da posição delineada por Weber e Nietzsche – toda interpretação é uma avaliação daquilo que é digno de saber frente à vida e todo conhecimento é interessado, útil e limitado à condição de quem conhece. Tanto na exegese e comentário quanto na neutralidade científica, torna-se patente a necessidade do pesquisador de se posicionar frente à vida e ao conhecimento, porque todo conhecimento é uma forma de avaliação da vida, isto é, uma forma de poder.

A recusa da parresía na academia seria, enfim, a destruição do próprio pesquisador; por isso, deve-se ter diante dos olhos algumas consequências ou elementos fundamentais para a consideração da parresía no âmbito da vida acadêmica.

### **Escrita vazia ou empenho teórico do escritor: a parresía como critério científico**

Tanto na exegese e comentário quanto na neutralidade científica, não há espaço para a fuga – o pesquisador torna-se autor, e o cientista interpreta o mundo sem recusar a lealdade consigo mesmo e, nesse sentido, não haverá o vazio da palavra. Apenas os escritores covardes são vazios, ou seja, quem assume metodologicamente o compromisso científico como autor e quem não recusa a lealdade a si mesmo será, naturalmente, levado a dizer algo, isto é, a empenhar-se teoricamente como escritor.

É pouco provável que quem pesquisa honestamente possa recusar-se o conteúdo de seus próprios pensamentos. Somente alguém que não fosse metodologicamente honesto ou que não fosse leal a si mesmo poderia acreditar na completa imparcialidade científica, vale dizer, o pesquisador que prima pela honestidade científica não recusará a capacidade de expor honestamente os resultados de sua pesquisa e, nesse sentido, a parresía deveria se instituir como condição epistêmica contínua. Caso contrário, a recusa da parresía significa, antes de tudo, uma destruição da própria função do autor, porque essa não é senão “uma função que permite organizar o universo dos discursos”, segundo a compreensão foucaultiana expressa em *O que é um autor?* (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 85, verbete autor) ou, segundo a definição clássica de Antônio Houaiss & M. S. Villar (2001, p. 351, verbete autor):

Autor: substantivo masculino. 1 aquele que origina, que causa algo, agente; 2 indivíduo responsável pela invenção de algo, inventor, descobridor; 3 o responsável pela fundação ou instituição de algo; 4 pessoa que produz ou compõe obra literária, artística ou científica 4.1 escritor; 5 a obra de um autor; 6 o primeiro a divulgar uma notícia, um boato etc; 7 aquele que promove uma ação judicial contra ou em face de outrem; 8 indivíduo que pratica um delito...

A considerar a função do escritor, desde seu sentido etimológico, torna-se difícil entender o escondimento da “personalidade” de quem escreve, isto é, torna-se impossível

recusar o lugar de fala quando se requer a autoridade de qualquer discurso, e o acadêmico não se exime desse lugar. Aliás, todo discurso implica um lugar de fala, por isso a parresía acadêmica impõe-se como uma exigência tanto na exegese e no comentário – onde se manifesta de forma positiva o pensar, o expor o sentido, o inquirir a obra e o fazer-se autor – quanto na neutralidade científica – onde o cientista precisa dizer sua posição, considerar a consciência e a correlação dos fatos, ser leal a si mesmo e interpretar o que é digno de saber frente à vida. Somente por covardia a palavra ficaria vazia de sentido. Por isso, quando o pesquisador, o cientista ou o professor teriam um discurso cuja palavra ficaria vazia? Qual seria a origem ou a causa do vazio da palavra?

O uso da palavra caracteriza o humano, pelo menos nenhuma outra espécie animal ainda foi capaz de correlacionar letra e formar sílabas e conceitos a nós compreensíveis, por isso atribui-se a revolução produzida pela proteína FOXP<sub>2</sub> como nossa exclusividade. Não obstante, considerando o comprometimento existente entre saber e poder desde o início da modernidade, recorde-se ainda com Francis Bacon a confusão entre o uso da palavra e o vazio de sentido presente em muitos discursos, porque não é raro o que afirmava Renato Russo na música Índios (1986) – fala demais por não ter nada a dizer – e esse uso irrefletido da palavra muitas vezes produz os discursos ricos de palavras, mas vazios de sentido, como aquilo que Francis Bacon anunciou no início da modernidade europeia (1999, p. 41: af. 43):

Ídolos do foro: os homens se associam graças ao discurso (sermões), e as palavras são cunhadas pelo vulgo. E as palavras, impostas de maneira imprópria e inepta, bloqueiam espantosamente o intelecto. Nem as definições nem as explicações com que os homens doutos se munem e se defendem, em certos domínios, restituem as coisas ao seu lugar. Ao contrário, as palavras forçam o intelecto e o perturbam por completo. E os homens são, assim, arrastados a inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias.

O uso da palavra produz a sociedade, mas seu uso descomprometido não gera, senão, o bloqueio e a perturbação do intelecto e as inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias. O uso irrefletido ou irrazoável da palavra não conduz à concórdia humana, mas ao exato oposto. Nesse sentido, a multiplicidade dos discursos, como se reconhece em nosso tempo, os ídolos do foro ou do mercado no sentido de Bacon, são o exato oposto do sentido da parresía no mundo antigo. A junção entre a capacidade de dizer (rhêsis, do verbo eíro) e a expressão completa (pân) – o que diz tudo – não significa mais que falatório inútil. A parresía grega – enquanto o “abrir seu coração e sua alma por completo a outras pessoas através de seu discurso” (FOUCAULT, 2004, p. 36-37) – não está distante da arte da deusa Peithô – aquela deusa acéfala cujo coração aberto expõe suas entranhas e transmite a palavra de um coração ao outro de forma a convencer o ouvinte. Parresía não tem, portanto, o sentido de falar demais, mas comunicar persuasivamente aquilo que nasce da sinceridade do coração. Esse sentido opõe-se claramente às compreensões platônica e kantiana (ABBAGNANO, 2007, p. 887: verbete persuasão):

A distinção entre persuasão e ensinamento racional já foi estabelecida por Platão, que dizia: “O pensamento é gerado em nós por via de ensinamento; a opinião, por via da persuasão. O primeiro baseia-se sempre num raciocínio verdadeiro; a outra carece desse fundamento. O primeiro continua firme em face da persuasão; a outra deixa-se modificar” (Timeu 51e). Kant expôs claramente este mesmo conceito: “A crença que

tem fundamento na natureza particular do sujeito chama-se persuasão. É simples aparência porque o fundamento do juízo, que está unicamente no sujeito, é considerado como objetivo. Portanto, esse juízo só tem validade pessoal, e a crença não pode ser comunicada” (Crítica da razão pura, Doutrina do método, cap. II, seção 3).

Platão e Kant consideram o discurso como resultado exclusivo do raciocínio verdadeiro e do juízo fundamentado, por isso não creem a veracidade do discurso persuasivo. A questão não se coloca, no entanto, na dúvida quanto ao valor do raciocínio ou da fundamentação objetiva, mas no reconhecimento do discurso pessoal como lugar da verdade.

A parresía enquanto ato persuasivo não se opõe diretamente ao discurso racional visto que se funda em um *pattern of consciousness*, no sentido atribuído por Bernard Lonergan na obra *Insight* (2010). Além de não se opor ao discurso racional, ela institui-se em um *pattern* de veracidade diferenciado, porque diz a verdade e crê o conteúdo do discurso elaborado. Nesse sentido, a parresía não se opõe ao discurso verdadeiro, mas à pós-verdade compreendida como discurso que visa ao convencimento não por razões objetivas, mas apelando às emoções e crenças populares. Por isso, a parresía afasta-se do palavrório dos ídolos do foro ou do mercado e funda uma racionalidade validada pela convicção do discurso enunciado (FOUCAULT, 2004, p. 38-40):

Há dois tipos de parresía que devemos distinguir. Em primeiro lugar, há um sentido pejorativo da palavra, não muito distante de “palavrório”, e que consiste em dizer algo ou tudo o que se tem em mente, sem restrição. (...) Este significado pejorativo se encontra também, mais frequentemente, na literatura cristã, onde tal má parresía é contraposta ao silêncio como disciplina ou como condição necessária para a contemplação de Deus. (...) A maioria das vezes, sem dúvida, a parresía não tem esse significado pejorativo nos textos clássicos, mas, na verdade, um positivo. “Parresiázesthai” significa “dizer a verdade”. (...) O parresiástés não só é sincero e diz o que é sua opinião, mas que sua opinião é também a verdade. Diz o que ele sabe que é verdadeiro. A segunda característica da parresía é, então, que há sempre uma coincidência exata entre crença e verdade. (...) O “jogo parresiástico” pressupõe que o parresiástés é alguém que tem as qualidades morais que se requerem, primeiro, para conhecer a verdade e, segundo, para comunicar tal verdade aos outros.

O palavrório de quem fala demais por não ter nada a dizer é contraposto pela verdadeira parresía enquanto discurso verdadeiro comunicado por quem acredita no conteúdo de sua comunicação e, ainda mais, possui qualidades morais – é idôneo – para comunicar o que está comunicando.

Nesse sentido, a parresía é muito mais que um dizer ou um discurso correto, porque não basta comunicar corretamente ou se preocupar com a verdade do discurso. A parresía exige do comunicador tanto a veracidade do discurso quanto a disposição para comunicar aquilo que ele crê, e ambas fundadas na idoneidade de quem usa a palavra.

Esse “jogo parresiástico” funda o lugar do discurso da autoridade, ou seja, não o lugar do discurso de quem supostamente detém o poder ou força (*dynamis*), mas o discurso daquele cuja palavra é autorizada (*exousían*) pela (i) veracidade entre o conteúdo do discurso (a coerência interna da argumentação), (ii) pela convicção do comunicador (a acreditação do

discurso elaborado) e (iii) pela correspondência com a prática de vida (o testemunho do conteúdo do enunciado). Essa tríplice caraterização da *parresía* – veracidade ou coerência interna, convicção ou acreditação e correspondência ou testemunho – opõe-se à lógica do poder e da força de quem fala, porque a *parresía* não se impõe pela força (*dynamis*), mas pela autoridade (*exousían*) de quem discursa.

Há dois exemplos claros: a oposição entre os mestres da lei no Segundo Testamento que detinham a prerrogativa da função social como intérpretes da Escritura e a força constituída pela maioria dos falantes, por isso tinham sobretudo o poder (*dynamis*) do discurso ou o lugar de fala institucionalmente justificado e a autoridade (*exousían*) do discurso messiânico que persuadia pela conjunção entre veracidade, convicção e testemunho (II Testamento, Mateus 7,29).

O segundo exemplo provém da trilha dos filósofos gregos tardios que não se preocupavam tanto com a composição ordenada de um *corpus dogmaticum* exotérico – obras e ensinamentos publicados –, mas primavam pela prática de vida (*techné toû bioû*). A filosofia grega da era clássica com Platão e Aristóteles passou gradual e progressivamente à filosofia helenística e imperial como modo de vida: a academia vai sucessivamente dando lugar à arte de vida (*techné toû bioû*) ou estética da existência que tem como características principais o conhecimento de si (*gnôthi seautôn*), o cuidado de si (*epiméleia heautoû*) e o alterar ou falsificar as leis/moedas (*parakharáxon tô nómisma*), como se reconhece nas obras de Foucault, *Discurso y verdad na antigua Grecia* (2004) e *O governo de si e dos outros: a coragem da verdade* (1983 e 1984).

Tanto Foucault quanto Pierre Hadot (*A filosofia como maneira de viver* de 2016) e Giorgio Agamben (*O uso dos corpos* de 2014) evidenciam essa reorientação da filosofia graças à *parresía*: há uma passagem sutil da teoria sobre os fundamentos da verdade para os exercícios ou às práticas de conduta de vida, porque a verdade *parresiástica* desloca-se, como afirmam Renata Salgado e Maralice Neves (2012, p. 123), da correspondência à coerência.

Desde a Academia platônica, a *parresía* já havia instituído novas bases de configuração para o dizer e o pensar (FOUCAULT, 2004, p. 140): “Em Platão, e no que conhecemos de Sócrates através de Platão, um problema principal se refere ao intento de determinar como fazer que a *parresía* política, que implica *lógos*, verdade e *nómos*, coincida com a *parresía* ética, que implica *lógos*, verdade e *bíos*.” O problema da *parresía* emergente nas obras platônicas é, portanto, a relação política entre o discurso, a verdade e as leis e na relação ética entre o discurso, a verdade e a vida.

Enfim, a *parresía* funda um novo *pattern* filosófico – a coerência que, em última instância, resultará, por um lado, na emergência da autoridade do discurso e, por outro, na superação do vazio da palavra em um discurso que reflete a estética da existência – a coragem de dizer a verdade de si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onde haveria o vazio da palavra na produção acadêmica? Essa não é uma questão teórica. Antes, impõe-se como um compromisso ético com a pesquisa e o conhecimento científico, e pode-se elencar de forma precisa:

- i) no método científico (leitura, explicação / exegese, comentário e redação) não há espaço para a mediocridade, porque a leitura exige o pensar, a explicação, expor o sentido, o comentário, inquirir a obra e, finalmente, a redação opera a passagem do pesquisador ao autor, à autoridade daquele que responde pela obra;
- ii) na postura do escritor (neutralidade e interpretação) exige-se tanto o poder e dizer, a consciência de si e a correlação dos fatos e a lealdade a si mesmo quanto o ato de interpretar aquilo que é digno de saber frente à vida e o reconhecimento de que todo conhecimento é interessado, útil e limitado à condição de quem conhece;
- iii) na parresía (longe dos ídolos do foro ou do mercado e do palavrório vazio) impõe-se a necessidade de passar da lógica do poder à lógica da autoridade, de instituir a estética de si na correlação entre parresía política e ética (entre discurso-verdade-leis e discurso-verdade-vida) e de instituir um novo *pattern* do conhecimento: a coerência interna da argumentação, a acreditação do conteúdo enunciado e o testemunho do conteúdo, ou seja, a coerência entre o discurso teórico, a pesquisa científica e a prática de vida.

Obviamente, não haverá espaço para o vazio da palavra desde que o autor ou escritor assuma a parresía como critério científico, porque a escrita parresiástica é, primeiramente, exposição de si.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. Trad. A. Bosi e I. C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BACON, F. **Novum organum**. Trad. J. A. R. Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (05/10/1988). Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 3 nov. 2018.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. Coord. Trad. F. Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br> Acesso em: 11 Dez. 2018.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13. ed. Queluz de Baixo: Presença, 2007.

FOLSCHEID, D. & WUNENBURGER, J.-J. **Metodologia filosófica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2009.

FOUCAULT, M. **Discurso y verdad en la antigua Grecia**. Trad. F. Fuentes Megías. España: Paidós, 2004.

FRANÇA, J.L. & VASCONCELLOS, A.C. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISÓCRATES. Contra os sofistas XIII, 9 a 13. In: DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. 3. ed rev. Trad. R. Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

JERONYMO, G. **Quanto custa publicar um artigo?** Disponível em: [www.adusp.org.br/index.php/carreira-docente/3163-quanto-custa-publicar-um-artigo](http://www.adusp.org.br/index.php/carreira-docente/3163-quanto-custa-publicar-um-artigo) Acesso em: 26 nov 2018.

LONERGAN, B. **Insight: um estudo do conhecimento humano**. Trad. M. C. Henriques e A. Morão. São Paulo: É Realizações, 2010.

MARGUTTI, P. **História da filosofia do Brasil (1500-hoje): 1.ª parte: o período colonial (1500-1822)**. São Paulo: Loyola, 2013.

NIETZSCHE, F. **Genealogía de la moral**. Trad. E. López Castellón. Madrid: Mateos, 1994.

NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Hrsg. G. Colli und M. Montinari. Berlin/Munique: Walter de Gruyter / DTV, 1988.

NIETZSCHE, F. Verdade e mentira no sentido extramoral. **Revista Comum**. Apres. N. C. Melo Sobrinho. Rio de Janeiro. Vol. 6, nº 17, p. 5-23, jul./dez. 2001.

PIOSSEK PREBISCH, L. Interpretação: arbitrariedade ou proibidade filológica?, p. 19-37. In: MARTON, S. (org.) **Nietzsche abaixo do Equador: a recepção na América do Sul**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SALGADO, R.N. & NEVES, M.S. A prática da parresía na vida de professores de inglês: inspiração para falar de si na contemporaneidade. **Ciências & Letras**. Porto Alegre, n. 52, p. 109-128, jul./dez. 2012.

---

Sobre os ombros de gigantes. Disponível em: <http://pt.m.wikipedia.org> Acesso em: 26 nov 2018.

WEBER, M. **Política y ciencia**. España: Aleph, 2000.

WHITEHEAD, A. N. apud KUNZMANN, P., BURKARD, F.-P. & WIEDMANN, F. **Atlas de la Philosophie**. Trad. fr. Desanti, Droit et alii. Paris: Librairie G. Française, 1993.